EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

BOLETIM DO CENTRO BRASILEIRO
DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA
Cadeira de Administração Escolar
UNIVERSIDADE DE S. PAULO

ANO II — VOL. 2 — N.º 4 — MARÇO DE 1957 RIO DE JANEIRO — BRASIL

O JULGAMENTO DE OCUPAÇÕES:
Um estudo preliminar

CAROLINA MARTUSCELLI

Entre os estudos da ocupação como critério para estabelecer "status" social, vários são os que investigam o prestígio atribuído às ocupações por grupos diversos de indivíduos. O procedimento mais usado nesses estudos é extremamente simples. Geralmente pede-se a um grupo de sujeitos que ordene uma determinada série de ocupações de acôrdo com a contribuição social ou em têrmos do "prestígio" das mesmas, procurando julgá-las de acôrdo com o critério das pessoas em geral. A classificação assim obtida é então comparada a fim de se obter uma ordem média de cada ocupação. Às vêzes procura-se conhecer a preferência relativa dos sujeitos, fazendo-os comparar cada ocupação com cada uma das que constam da série que lhes é apresentada, e daí derivar uma ordem única. Em ambos os casos tem-se como resultado uma distribuição hierárquica das várias ocupações julgadas pelo grupo de sujeitos, isto é, uma classificação característica de todo o grupo (*).

A consistência do aparecimento de uma hierarquia deu origem à noção de uma escala de ocupações baseada em prestígio social. O ápice da escala é ocupado por profissionais e

---

(*) Investigadores que empregaram a técnica da graduação ("ranking order") ou a da comparação entre pares ("paired comparison"): Counts (9), Menger (23), Lehman e Witty (22), Anderson (1), Hartmann (16), Nietz (24), Stevens (27), Smith (26), Byers (7), Deeg e Paterson (12), Tuckman (28), Bandler e Pateron (5), Welch (30), Coutu (10), Hatt (17) e Congalton (8).

dirigentes e os graus que se lhe sucedem, por pessoas em posição de sub-chefia, vendedores, operários especializados e, por fim, os que não possuem qualquer especialização.

A análise dos resultados apresentados pelos vários estudos revela propriedades interessantes dessa hierarquia de prestígio ocupacional. A ordem parece ser bastante semelhante, não só entre populações de idade, sexo e "back-ground" étnico e regional diferentes — como o indicam, em geral, os resultados apresentados, principalmente, por autores norte-americanos (Counts, Nietz, Deeg e Paterson e outros), especialmente os da extensa pesquisa realizada pelo National Opinion Research Center (18) — como também parece ser semelhante em países diferentes — como o indicam as escalas de ocupação obtidas em estudos feitos na Inglaterra (14, 15), Canadá (28), Nova Zelandia (8), Estados Unidos e, mais recentemente, em nosso meio (4, 19) (*).

A hierarquia mostra também uma apreciável estabilidade através do tempo, se observarmos que as investigações mencionadas abrangem um período de vinte e seis anos, considerando o trabalho de Counts como o primeiro no campo.

Parece ainda que a hierarquia subsiste, independentemente das preferências pessoais, como já observara Anderson (1) e como estaria a indicar o trabalho de Kay. Assim, um determinado indivíduo pode não gostar de uma ocupação, mas atribuir-lhe mais prestígio do que a outra que êle prefere. A correlação da graduação das ocupações que o sujeito "gosta" com a graduação dessas mesmas ocupações por sujeitos que delas "não gostam", é de 0,88 (21).

Embora, a grosso modo, se possa falar no caráter definitivo e fixo do prestígio ocupacional comparativo, deve-se aliar a essas generalizações a observação feita por vários autores de que a concordância geral é mais acentuada em relação a certas ocupações. Certos grupos específicos de ocupações, como os

(*) Comparando as escalas obtidas com grupos de sujeitos norte americanos, Roe assinala uma correlação de — 0,97 que se mantém inalterada quando se comparam os resultados obtidos em outros países (29, págs 301-302).

constituídos por ocupações menos familiares (principalmente as recentemente estruturadas, como físico atômico (18), cozinheiro de restaurante de 1ª categoria (4); as de mérito ambíguo; as definidas com pouca precisão, como sitiante (19), são consideradas mais difíceis de graduar. Verifica-se que a maior variabilidade de julgamento que se manifesta em relação a certas ocupações não só ocorre, como se poderia supor, quando a lista apresentada aos sujeitos abrange num grande número de especializações — como nas pesquisas de Smith (26) e na do N. O. R. C. (18, págs. 416-417) — como também nas listas condensadas, empregadas na maioria dos estudos. Nestes últimos a maior variabilidade no julgamento de certas ocupações, como o indica em alguns dêles o cálculo do desvio médio, estaria a indicar diferenças no grau de unanimidade.

Para encerrar estas considerações gerais é preciso lembrar ainda a relação estabelecida entre a hierarquia genérica e a posição dos sujeitos na escala ocupacional. Apesar de se ter notado que, na atribuição de prestígio às ocupações, verificam-se diferenças, dependendo da ocupação do grupo de sujeitos, parece que essas diferenças não interferem com a tendência geral. Discutindo êsse aspecto, Davies (11, págs. 141-142) insiste em acrescentar que não existem dados suficientes para aceitar essa negativa visto que os estudos, embora abrajam uma apreciável variedade de sujeitos, ainda se baseiam, primordialmente, em grupos de crianças e jovens estudantes (*).

(*) Acrescenta êsse autor que também é preciso considerar a sugestão de Hartmann e os resultados de Coutu, os quais indicam que a maior precisão nos julgamentos do prestígio está relacionada com o "status" social dos sujeitos, no sentido de que aquêles que pertencem a níveis ocupacionais mais elevados tendem a apresentar maior concordância nos seus julgamentos. Em nossa opinião, a relação entre a variabilidade de julgamento e a ocupação dos sujeitos não foi totalmente esclarecida nesses estudos. Quer nos parecer que, mesmo que houvéssemos verificado a existência de uma relação, não teríamos acrescentado muito à questão das possíveis diferenças de julgamento devidas ao nível ocupacional dos sujeitos, pois essa relação seria em têrmos de maior ou menor semelhança dos julgamentos (consistência interna) dos sujeitos de determinados grupos ocupacionais e não pròpriamente julgamentos determinados pela ocupação.

Se, porém, considerarmos os resultados obtidos por Hutchinson com um grupo de universitários e por Castaldi com um grupo de imigrantes e seus descendentes, notaremos que, ao lado da hierarquia semelhante à que apresentam os estudos realizados fora do país, certas particularidades no julgamento das ocupações por êsses grupos de sujeitos, explicitadas pelo cálculo do desvio médio da opinião mediana, podem levar-nos a colocar êsse problema de maneira diferente.

Nas conclusões apresentadas pelo primeiro investigador lê-se que "a dispersão de opinião quanto à posição de uma ocupação parece variar diretamente em relação à distância dessa ocupação da posição do próprio informante" (19), pág. 41). Em outras palavras, no grupo de estudantes de alto nível de posição social, a dispersão aumenta na proporção em que baixa a posição da ocupação na escala genérica. Porém, na pesquisa com um grupo de sujeitos de nível mais baixo de posição social, como podemos considerar o estudado por Castaldi (4), essa relação não se verifica. Considerando as conclusões diversas e o fato de que os dois grupos diferentes de sujeitos apresentam uma dispersão mínima no julgamento de ocupações que se situam nas posições extremas, parece provável que essa maior variabilidade de julgamento deva relacionar-se mais com a ocupação, ou melhor, com a maior ou menor estruturação da ocupação, do que pròpriamente com conhecimentos do sujeito, os quais dependeriam de sua posição social.

Considerando-se a tarefa de julgamento proposta como primordialmente perceptual e considerando-se que a percepção de um objeto é mais ou menos clara, dependendo das próprias condições dêsse objeto, pode-se supor que a maior variabilidade no julgamento dessas ocupações seja devida ao fato de apresentarem condições que dificultam a percepção porque permitem uma organização perceptual menos determinada. Em outros têrmos, as ocupações pouco estruturadas é que determinariam, por essa mesma razão, uma percepção mais variada. Essa hipótese contém a proposição "gestáltica" geral de que a percepção depende da estrutura do objeto percebido.

A verificação de que a dispersão de julgamento de certas profissões diminui apreciàvelmente quando os sujeitos são informados sôbre a renda média das ocupações e de que também se reduz quando as instruções são mais rígidas, dêles exigindo maior precisão (20), parece confirmar a hipótese de que a variabilidade de julgamento depende da própria ocupação e que, portanto, êste problema se reduz ao que já nos referimos como grupos específicos de ocupações.

Essa maior dispersão no julgamento das ocupações "medianas" parece indicar uma ocorrência típica no julgamento de série. No caso de uma série de objetos, os julgamentos dos objetos próximos do centro mostram maior variabilidade do que os julgamentos dos objetos próximos dos extremos da série. Isto ocorre independentemente da ordem de apresentação dos objetos a serem julgados porque se verifica na escala construída pelo sujeito. Êsse fato conhecido em relação ao julgamento das mais variadas séries de objetos é explicado em têrmos da estrutura do objeto a ser julgado. Assim os objetos que apresentam certas características pouco nítidas e precisas e, por conseguinte, mais difíceis de serem percebidas, tenderiam a ocupar a posição mediana da escala construída.

A apreciação das escalas de julgamento das ocupações, obtidas através dêsses estudos, quando acompanhada de uma consideração da técnica utilizada, pode levar-nos a supor que as regularidades discutidas não são expressão de uma realidade, mas derivam da tarefa proposta aos sujeitos. A própria estrutura das instruções fornecidas determinaria a padronização dos julgamentos. Isto é, o indivíduo, para resolver a situação que lhe é apresentada pelo investigador, é "forçado" a ordenar e, ainda em muitos casos, a ordenar de acôrdo com o que êle julga ser a opinião das pessoas em geral. A ordem seria, nesse caso, produto da técnica usada, principalmente se a série de ocupações proposta fôsse pequena.

Essa crítica, que é valida mesmo considerando-se a inovação na técnica proposta por Hall e Jones (15), (adaptada à pesquisa realizada pelo National Opinion Research Centre e às que

realizaram Hutchinson e Castaldi) requer, depois de uma classificação das ocupações em vários grupos, que os sujeitos apresentem uma graduação geral, porque, nesta segunda parte, continua-se a exigir uma ordenação e, concomitantemente, "reconhecimentos diferentes" das ocupações. Aliás, os resultados dêsses trabalhos mostram uma hierarquia de prestígio ocupacional consistente e semelhante à que até aqui se vem discutindo.

Deve-se notar que Hutchinson e Castaldi como Hall e Jones, estudando mobilidade social, não estavam pròpriamente interessados no problema da hierarquia genérica das ocupações mas, especìficamente, na possibilidade de utilizar, como critério de mobilidade social, uma divisão das ocupações em categorias, baseada no julgamento de grupos diferentes de sujeitos.

O problema da apreciação comparativa das ocupações foi pesquisado diferentemente por Bogardus, Asch e colaboradores, Osgood e Stagner. Bogardus (6) considerou o problema dentro do esquema de estudo de "distância social", não acrescentando, porém, nada aos resultados obtidos com a técnica de graduação.

Asch e seus colaboradores (2) introduziram uma modificação mais apreciável, pedindo aos sujeitos que julgassem um grupo de ocupações de acôrdo com determinadas qualidades, a fim de verificar de que maneira êsse julgamento concorre para a avaliação geral das ocupações. Ordenando as ocupações de acôrdo com a inteligência dos que as exercem, com a utilidade social e de acôrdo com qualidades pessoais, tais como estabilidade de caráter e idealismo, os sujeitos apresentaram uma relação positiva entre as avaliações das diferentes qualidades de uma determinada ocupação.

Êsses resultados, segundo os autores, indicam uma tendência a relacionar, no julgamento, aspectos diferentes de uma mesma ocupação, conservando, porém, êsses aspectos sua identidade no conjunto resultante. Embora a tarefa requerida por esta técnica seja diferente, não foi possível evitar totalmente a limitação da técnica de graduação por se continuar a pedir ao sujeito uma ordenação.

A pesquisa de Osgood e Stagner, apresentada como uma tentativa de exame das bases do julgamento de prestígio, parece evitar essas instruções. A tarefa apresentada aos sujeitos consistiu em julgar dez "estereótipos ocupacionais", dispostos em uma série contínua, entre dois extremos, em relação a um grupo de ocupações. Os resultados indicam que os sujeitos reagem diferentemente em relação a uma das partes da tarefa, ligando o prestígio, no julgamento das ocupações, a certas características diferentes daquelas a que o ligam no julgamento das pessoas.

Generalizando, podemos dizer que êsses estudos do julgamento de ocupações por determinados grupos de sujeitos (embora úteis para esclarecer o papel da ocupação como índice de mobilidade social) representam uma abordagem parcial do problema, pois se reduzem, quase exclusivamente, à apreciação quantitativa do prestígio das ocupações. As respostas que a própria técnica e as instruções requerem deixam de revelar o que os sujeitos querem significar com a graduação apresentada.

O papel central das ocupações na determinação de prestígio levou-nos a considerar, de forma mais pormenorizada, dentro do plano geral da pesquisa sôbre mobilidade social em São Paulo, a clasificação ocupacional genérica.

Tomando como ponto de partida o desempenho dos sujeitos nesses estudos, verificamos que a hierarquia genérica expressa, não sòmente um alto consenso de julgamento, mas também, uma tendência a *perceber distintamente* cada ocupação e a diferenciá-la de determinada maneira. Essa observação leva-nos a propor para estudo, não sòmente a análise da relação (de prestígio) entre as várias ocupações mas, especialmente, a análise de cada ocupação de *per se*.

Uma vez reconhecidas as diferenças na graduação das ocupações, de acôrdo com o prestígio social, resta saber que características distinguem cada uma delas. Sem pôr em dúvida a validade da escala geral, mas indagando sôbre o seu significado, pareceu-nos interessante conhecer o conteúdo dessa diferenciação, isto é, indagar que tipo de impressão têm os sujeitos sôbre cada

ocupação, a fim de identificar algumas das qualidades associadas ao prestígio ocupacional.

Nosso problema é procurar esclarecer a relação entre ocupação e prestígio, estudando: 1 — que impressão têm os entrevistados sôbre várias ocupações; 2 — quais as características mais importantes dessas impressões; 3 — em que medida contêm elas uma avaliação em têrmos de prestígio social e, por fim, 4 — se o conhecimento dessas impressões sôbre as ocupações explica a hierarquia genérica, isto é, se esclarece quais as características das ocupações que serviram de base aos sujeitos para a graduação que apresentaram.

O presente trabalho representa um conjunto de sugestões e tentativas exploratórias e não deve ser considerado como o relato de uma pesquisa terminada.

PROCEDIMENTO E SUJEITOS

Procurando evitar as limitações apontadas na técnica de graduação e esclarecer os aspectos do problema que nos interessam diretamente, adotamos o procedimento de solicitar dos sujeitos uma história sôbre cada uma das representações gráficas de uma série de ocupações.

Na impossibilidade de conseguirmos fotografias, usamos como material cartões com desenhos, medindo, em geral, 18 x 16 centímetros. Em cada cartão desenhou-se uma pessoa ocupada em algumas atividades (*). O desenho ressalta a figura, sem deixar de indicar o fundo que ajuda a identificar a atividade, mas tanto a figura quanto o fundo são apresentados sòmente no seu contôrno, em tinta preta (nankin), sôbre uma folha branca (**).

Como a intenção é apresentar aos sujeitos uma cena simples que deve constituir um ponto de referência para a tarefa que lhes solicitamos, os desenhos foram planejados para apresentar, gràficamente, figura e fundo na sua forma mais comum, evi-

(*) Vêr, como exemplo, no Apêndice 1 a reprodução de parte do material utilizado.

(**) Agradecemos à Senhora Luciana Petruccelli, autora dos desenhos, a sua colaboração.

tando-se, porém, ao mesmo tempo, fornecer maiores informações que poderiam ser utilizadas pelos sujeitos no desempenho de sua tarefa (*).

Como a tarefa que se iria propor requereria um certo tempo para ser realizada e, portanto, poderia tornar-se aborrecida e cansativa, foi necessário limitar o número de desenhos a serem apreciados. As ocupações gràficamente representadas foram selecionadas na lista utilizada nas pesquisas de Hutchinson e Castaldi (**), uma vez que se adotou o critério de escolher ocupações que representassem as seis categorias em que foram divididas as ocupações pelos sujeitos, em pesquisa anterior. (4). A aparente arbitrariedade dessa escolha não alterou a significação das respostas obtidas, como salientamos na análise dos resultados.

As ocupações escolhidas, em número de quinze, foram as de médico, advogado, fazendeiro, gerente de firma comercial, professor primário, dono de pequeno estabelecimento comercial, funcionário público, viajante comercial, mecânico, guarda civil, balconista, trabalhador agrícola, pedreiro, estivador e lixeiro.

Afim de verificar se o reconhecimento das representações gráficas dessas ocupações coincidiam com o que desejávamos, os desenhos foram submetidos à apreciação de grupos variados de sujeitos, aos quais se solicitou que disessem, simplesmente, em que atividade se ocupava a figura desenhada em cada cartão.

(*) Poder-se-ia argumentar que êsse propósito inclui a representação de aspectos "padronizados" das atividades, o que já poderia constituir para os sujeitos uma sugestão imposta pelo material utilizado. Parece-nos que não é êsse o nosso caso, mas se tal ocorreu, a nosso vêr, só pode ser considerado como um ponto positivo em vista das informações que queremos obter.

(**) São as seguintes as ocupações constantes da lista: médico, advogado, padre, diretor superintendente de companhia, jornalista, fazendeiro, gerente de fábrica, gerente comercial de firma, professor primário, contador, funcionário público de padrão médio, dono de pequeno estabelecimento comercial, despachante, escriturário, viajante comercial, sitiante, empreiteiro, mecânico, guarda civil, balconista, motorista, cozinheiro (restaurante de 1ª categoria), tratorista (agricultura), carpinteiro, condutor de trens, garçon, pedreiro, trabalhador agrícola, estivador, lixeiro.

Depois dessa prova preliminar, os desenhos considerados pouco claros foram substituidos por outros, obedecendo-se às sugestões apresentadas pelos sujeitos. Essa verificação nos levou a considerar o material adequado à finalidade dêste trabalho.

Ainda considerando a extensão da tarefa, procuramos reduzir o número de desenhos que deveriam ser submetidos à apreciação de cada sujeito, dividindo os quinze desenhos em grupos de cinco ocupações cada um. O grupo *A*, incluindo desenhos de três atividades de níveis diferentes de especialização (pedreiro, mecânico e funcionário público); uma considerada tradicional (fazendeiro); e uma ligada à ocupação exercida por parte do grupo de sujeitos (estivador) (*), foi apresentada a todos os sujeitos. Os grupos de desenhos *B* e *C*, incluindo atividades que poderiam ser consideradas comparáveis (de acôrdo com a classificação em categorias, acima mencionada) foram apresentados, cada um, a uma metade do grupo de sujeitos. Desta maneira, a metade dos sujeitos, foram apresentados os desenhos que constituem o grupo *A*, mais os do grupo *B* (balconista, viajante comercial, professor primário, médico, lixeiro) e, à outra metade, os desenhos do grupo *A*, mais os do grupo *C* (guarda civil, gerente comercial de firma, dono de pequeno estabelecimento comercial, advogado e trabalhador agrícola).

As respostas aos desenhos do grupo *A* constituiriam uma base para avaliar as dos outros dois grupos e, assim, com as respostas apresentadas por uma metade da amostra, poderíamos generalizar para todo o grupo.

A entrevista com cada sujeito constou da apresentação de dez desenhos e um questionário adicional que será, em parte, utilizado neste artigo. Outras informações sôbre o grupo de sujeitos foram obtidas no extenso e exaustivo material de história de vida colhido por Castaldi.

(*) Parte do grupo de sujeitos é composta de cerealistas que necessitam do carregador de saco na rotina diária do trabalho. Além disso, como a maioria dos sujeitos reside nas proximidades dos armazens de cereais, o estivador é para todos uma figura bastante familiar.

Na primeira parte da entrevista a tarefa requerida do sujeito foi-lhe apresentada com as seguintes instruções: "Esta entrevista é um pouco diferente daquelas que o senhor já deu, mas é também muito fácil. Vou lhe mostrar alguns desenhos, um de cada vez, e o senhor deverá contar uma pequena história sôbre cada um dêles. Conte o que a pessoa está fazendo, e porquê, e me diga ainda como são as pessoas que exercem essa atividade e o que o senhor acha da atividade. Compreendeu? Pode falar o que quiser e como eu não tenho pressa pode também demorar quanto quiser. Êste é o primeiro desenho" (*).

Em geral essas instruções eram repetidas, a fim de se ter a certeza de que o sujeito havia entendido bem, especialmente a parte referente aos pontos que a história deveria abranger.

Esta maneira de apresentar o material e as instruções permite ao sujeito apresentar mais livremente seu ponto de vista, sem ser limitado por moldes prescritos e, ao mesmo tempo, proporciona uma expressão mais elaborada e extensa da impressão que êle tem de cada uma das ocupações representadas nos desenhos.

Os cem sujeitos selecionados para esta pesquisa representam uma amostra do grupo de emigrantes italianos, entrevistados por Castaldi (4) segundo a técnica de graduação. Obedecendo à divisão de idade do grupo geral, escolhemos ao acaso vinte indivíduos de mais de 60 anos, quarenta de 40 a 60 anos e quarenta de 18 a 40 anos de idade. O grupo é, assim, composto de sujeitos do sexo masculino de 18 a 60 anos de idade. Dêsses sujeitos, uma grande porcentagem se ocupa com o comércio de cereais, legumes e frutas (30%) (muitos são proprietários e gerentes), e os demais se ocupam nas mais variadas atividades: jornaleiro, garrafeiro, barbeiro, vendedor ambulante, alfaiate, motorneiro, dono de bar, comércio de imóveis, mecânico, escritu-

(*) Estas frases foram consideradas adequadas depois de várias provas prévias. Cumpre salientar que solicitamos que a apreciação da pessoa que exerce uma atividade fôsse feita separadamente da apreciação da própria atividade, para evitar que uma fôsse fornecida sem a outra, como ocorreu com sujeitos que receberam instruções menos precisas.

rário, engenheiro, médico, balconista, contador, gerente de banco, agente de turismo, serralheiro, auxiliar de escritório, motorista, peixeiro, tapeceiro, comerciário, operário de fábrica.

A possibilidade de entrevistar parte dêsse grupo nos pareceu particularmente interessante pelo fato de se constituir de representantes de um grupo específico do plano da pesquisa geral e por já ter participado de um estudo anterior sôbre classificação de ocupações.

RESULTADOS

Como êste estudo é uma tentativa preliminar de análise do julgamento de ocupações, o relato dos resultados limitar-se-á a uma apreciação do que nos parece mais interessante de ser considerado, e obedecerá à melhor apresentação que conseguimos obter no estágio atual de emprêgo da técnica experimentada.

As respostas dos três grupos de idade somam mil histórias sôbre dez desenhos: 500 sôbre os desenhos das ocupações que compõem o grupo *A* e 500 sôbre os dos grupos *B* e *C*. Para obtermos êsse número de histórias tivemos na realidade que entrevistar um número maior de sujeitos, pois algumas respostas apresentadas não preenchiam completamente os requisitos mencionados nas instruções.

Uma análise dêsse conjunto de histórias revela aspectos formais interessantes que poderiam ser considerados característicos da tarefa requerida dos sujeitos.

As histórias foram apresentadas com grande naturalidade e sem muito esforço, o que nos leva a supor que, mesmo para um grupo de sujeitos tão variado como o dêste estudo, a tarefa não foi difícil de executar. Essa facilidade demonstrada no desempenho de uma tarefa pouco comum, estaria a indicar que o julgamento de uma pessoa pela ocupação que exerce é parte de um complexo de interpretações da personalidade que atuam na vida diária.

A facilidade reflete-se também na própria resposta. As histórias apresentam um ponto de vista cujo conteúdo abrange, muitas vêzes, até particularidades mínimas da pessoa descrita,

em função da sua ocupação, que se completam com a apreciação da própria ocupação. Poucos foram os sujeitos que tiveram dificuldade em falar sôbre qualquer um dos desenhos e, segundo pudemos verificar, nem todos tiveram contacto direto com pessoas que exercem tôdas as quinze ocupações representadas nos desenhos.

A relação entre pessoa e ocupação é estabelecida por características que, interrelacionadas de uma determinada maneira, descrevem a pessoa em relação à sua ocupação (*). Por exemplo, diante do desenho que representa um pedreiro um sujeito diz:

> "Êsse é o pedreiro. Essa para mim é uma profissão que qualquer pessoa pode exercer. É mais de prática, não precisa capacidade nenhuma. É uma coisa que vem mais da prática. São pessoas que apesar de não ter capacidade a sociedade precisa delas. Sendo também que não é qualquer pessoa que se sujeita a fazer isso. É um serviço pesado" (sic.).

De maneira geral nota-se uma tendência, em todos os três grupos de idade estudados, para atribuir as mesmas características às pessoas; indicando com isso um acôrdo substancial na caracterização das ocupações.

É bastante aparente que a impressão da pessoa, tal como é apresentada, não considera o papel dos fatôres situacionais. Nota-se uma tendência para valorizar características da pessoa, tanto as positivas quanto as negativas, isto é, dar mais valor a essas características do que a fatôres da situação. Assim, o indivíduo é lixeiro por que não sabe fazer outra coisa; é gerente em virtude de sua capacidade, etc. Mesmo reconhecendo o valor dos fatôres situacionais (como se verifica pela importância atribuida ao fator "oportunidade" na vida do indivíduo no questionário adicional, e por algumas referências que, nas histórias, são feitas à ascendência da pessoa), as características descritas

(*) Usaremos a palavra *pessoa* para evitar repetir a frase: *a impressão que o sujeito tem da pessoa devido à ocupação que possui.*

pertencem ao indivíduo e quase independem da variação da situação. A pessoa é percebida como "causa" da sua posição ocupacional, de uma maneira relativamente absoluta.

Diante da tarefa proposta, que requereu uma apreciação da pessoa e da atividade gràficamente representadas nos cartões, os sujeitos apresentaram uma *impressão geral* da pessoa e da ocupação. A técnica empregada nos possibilitou verificar que o objeto da apreciação não provoca necessàriamente uma simples reação indiferenciada que varie num contínuo, do favorável ao desfavorável, como é comum na técnica de graduação; ao contrário, os resultados sugerem que uma pessoa, ou uma determinada ocupação, é considerada, sob vários aspectos, em têrmos da sua contribuição e do nível de capacidade que requer, etc. Esta interrelação de aspectos na apreciação é maior quando a ocupação está bem definida para o sujeito.

As histórias indicam que a impressão que os sujeitos têm da pessoa reflete relações definidas entre aspectos complexos da pessoa. A impressão contém, não sòmente uma consideração do papel que o indivíduo desempenha devido à sua ocupação, mas a apreciação *da pessoa,* abrangendo a interpretação e a avaliação das características pessoais e das ações do indivíduo, de acôrdo com o êxito e o insucesso na vida, resultantes da sua ocupação.

Essas respostas sugerem que dados vários de observação, experiência, etc., dos sujeitos são organizados numa impressão relativamente unificada. A organização se verifica sempre e, assim, nota-se que a impressão tende a ser completa, mesmo quando o sujeito declara não conhecer pessoas que exercem aquela ocupação. Ainda, experiências favoráveis ou desfavoráveis, referidas pelos sujeitos com pessoas de determinada ocupação, têm um efeito moderado que não chega a alterar o conteúdo literal da impressão.

As respostas obtidas permitem analisar alguns aspectos mais específicos da impressão geral que os sujeitos posuem sôbre a pessoa, mas essas limitam-se às ocupações representadas na série

de quinze desenhos. Nesse sentido, a escolha das ocupações, como foi mencionado, não altera o significado dos resultados obtidos.

Na descrição da pessoa aparecem características que se referem à aparência pessoal, ao lado de outras que indicam comportamento e maneiras de ser, o que nos leva a considerar que as respostas apresentadas pelo grupo de sujeitos são uma interpretação de personalidade, baseada simplesmente na ocupação. Essa interpretação tende a ser mais ou menos completa e pormenorizada, dependendo da ocupação exercida pela pessoa, abrangendo, bastante freqüentemente, desde o aspecto físico, maneira de se vestir e aparência geral, até a caracterização da fisionomia, mãos etc.

Seguindo as instruções, os sujeitos apresentaram essa impressão geral da pessoa e uma avaliação da ocupação exercida por essa pessoa. A distinção dêsses dois aspectos na resposta é significativa, pois indica que o sujeito pode julgar a pessoa independentemente da sua atividade. Dependendo da ocupação, o julgamento da pessoa é mais fácil do que o da ocupação que ela exerce. Se isso é verdade, pode-se supor que, na ordenação de determinadas ocupações pela técnica de graduação, o sujeito, não conhecendo a ocupação, tenha-se utilizado da impressão da pessoa, aumentando, assim, a probabilidade de apresentar um julgamento diferente.

Generalizando, as pessoas são descritas por características que implicam uma apreciação: do aspecto intelectual (inteligência, compreensão, tirocínio, raciocínio); da formação educacional (instrução, cultura, estudo, capacidade, conhecimento técnicos); das qualidades de "caráter" (seriedade, constância no trabalho, responsabilidade, honestidade, ambição, desonestidade, visão, esperteza, iniciativa, calma, dedicação); da maneira de tratar as outras pessoas (delicadeza, facilidade de trato, ser atencioso, abnegação, polidez, paciência, energia); assim como encerram ainda, considerações genéricas, na sua maioria depreciativas (máu elemento, aventureiro, com vida irregular, beberrão, explorador).

Algumas vêzes a impressão da pessoa inclui também uma referência à nacionalidade. Essa referência aparece mais freqüentemente nas impressões de pedreiro, mecânico e viajante comercial. As nacionalidades mencionadas são variadas, não permitindo, porém, registrar-se qualquer freqüência significativa. A côr da pele, como característico, só é mencionada em relação ao estivador, portanto, quando a própria representação gráfica explìcitamente o indica. É interessante notar que essa observação, quando feita em relação a uma pessoa com ocupação de estivador, não modifica a impressão, que continua a ser a mesma apresentada por sujeitos que não se referem à côr. Como exemplos dessa afirmação podemos mencionar duas histórias contadas sôbre o estivador. Disse um dos sujeitos:

> "Êsse daí é carregador, não é isso? Eu vou ter uma base para isso por êsses indivíduos da rua Santa Rosa. São todos indivíduos de côr, paupérrimos e sem inteligência. Se não fôssem tal não se compreenderia por que iriam carregar saco". (sic.).

Outro sujeito, a respeito do mesmo desenho disse:

> "Êsse é um carregador de saco, como nós chamamos aqui. Muito trabalho físico, pouca responsabilidade. Geralmente são homens sem instrução, levam um padrão de vida pràticamente baixo e muito desgaste físico também". (sic.).

Esta "posição" da característica não pode, entretanto, ser generalizada, isto é, não podemos concluir que em todos os casos a côr da pele não modifique a impressão da pessoa e da ocupação, porque os resultados que obtivemos restringem-se a uma só ocupação. Isto talvez se verifique apenas na impressão da pessoa que exerce a atividade de estivador.

O valor ou intensidade de uma característica difere na impressão que o sujeito tem de cada pessoa. Uma característica que é central na pessoa que tem uma ocupação X, às vêzes é subsidiária em outra que tem a ocupação Y. A relevância

refere-se ao grau em que uma característica determina a impressão e diferencia as pessoas em função da sua ocupação. Exemplo: na impressão de *balconista* são centrais aquelas características que exprimem a maneira de tratar as outras pessoas (delicadeza, consideração etc.), e subsidiárias quaisquer capacidades específicas e irrelevantes, como as qualidades de "caráter". Outro exemplo, é o do *gerente* que é percebido como tendo principalmente responsabilidade, inteligência e outras características complementares.

Mesmo quando se pode distinguir uma da outra, nem sempre é possível generalizar o significado das características, porque êsse significado depende da pessoa considerada. Por exemplo, a desonestidade faz freqüentemente parte da impressão do *dono de pequeno estabelecimento comercial* e do *advogado*, constituindo uma das características centrais atribuidas à pessoa que exerce essas ocupações, mas na impressão de cada uma dessas pessoas, a característica tem um significado diverso. A desonestidade não significa necessàriamente, na impressão do vendeiro, a mesma coisa que na do advogado. Isto é, uma característica que em um caso teria um determinado valor e concorre para que tôda a impressão seja desfavorável, em outro caso apenas completa a impressão, sem diminuir o significado das outras características que a compõem. A característica, nesse caso, adquire um significado que depende do contexto formado pelas demais que constituem a impressão. Isto poderia explicar certas contradições aparentes no conteúdo da impressão sôbre pessoas que exercem uma ocupação considerada de grande utilidade, mesmo porque a impressão permanece, apesar de experiências contraditórias.

A apreciação da ocupação é feita por meio de características que incluem: requisitos exigidos (prática, conhecimentos técnicos, estudo, ter dinheiro); consideração do tipo de trabalho (intelectual, manual, braçal, que executa ordens); avaliação (fácil, difícil, cansativa, suja,árdua, sacrificada, necessária, nobre, interessante, útil, importante, de valor, modesta); apreciação da recompensa

(possibilita obter certas facilidades, progredir, ganhar dinheiro, não ganhar dinheiro); e, ainda, a adequação da ocupação do sexo (não é serviço para homem).

Como se pode notar na relação das características utilizadas na descrição da pessoa e da ocupação, existem diferenças apreciáveis entre as utilizadas num e noutro caso. Osgood e Stagner (25), empregando uma técnica diferente, verificaram uma distinção semelhante no processo de julgamento da pessoa e da ocupação. Nos resultados obtidos nota-se essa diferença, embora a impressão, em ambos os casos, apresente uma organização em que predominam certas características. As únicas características que permanecem são as que, na impressão da pessoa, consideramos como referências à "formação educacional", que se repetem na impressão da ocupação como "exigências da atividade".

Embora seja fácil observar que as características atribuidas à pessoa e as atribuidas à ocupação encerram uma apreciação ou uma depreciação social, não é sempre possível distinguir aquelas que, em cada pessoa e ocupação, exprimem prestígio. Nesse sentido, a análise das respostas revela que seria importante considerar certas características como influindo no processo de julgamento das ocupações numa escala de graduação. Numa tentativa para conhecer quais as características que os sujeitos associam ao prestígio ocupacional, compararemos as impressões de pessoa e as de ocupação com o julgamento em categorias de prestígio apresentado pelos mesmos.

Verificamos que a impressão de pessoas que exercem ocupações consideradas de maior prestígio é composta, principalmente, pelas características de responsabilidade, inteligência e estudo (especializado). Na impressão de pessoas que exercem ocupações consideradas de menor prestígio as mesmas são mencionadas como inexistentes.

Portanto, a comparação nos leva à conclusão de que o prestígio ocupacional depende de *responsabilidade, inteligência* e *estudo (especializado)* que a pessoa que exerce determinada

ocupação possui. Considerando-se, também, a impressão da ocupação *per se* deve-se acrescentar a essas características a *recompensa financeira* (*).

Mais importante do que essa verificação de determinantes específicas do prestígio ocupacional é a observação de que essas características são assim consideradas quando especificam uma ocupação que concorre para o bem estar pessoal. O mesmo se aplica no caso da apreciação dos resultados de estudos feitos por vários autores. Por exemplo, na análise das ocupações consideradas "melhores" verificou-se na pesquisa do N.O.R.C. que "o *treino especializado* e um grau apreciável de *responsabilidade para o bem público* parecem ser os dois principais fatôres que determinaram o prestígio da ocupação" (18, pág. 411). Asch, comentando a base da avaliação das ocupações em uma escala afirma que "... um exame da hierarquia prevalente sugere que uma das bases da avaliação talvez seja a importância da ocupação para o bem estar público, o grau de responsabilidade que ela implica e o nível de habilidade e educação que requer. Seria portanto plausível supor — segundo êsse autor, — que a base da norma é, pelo menos em parte, um julgamento objetivo da utilidade social ou do valor das diferentes atividades" (3, pág. 525).

A técnica de histórias utilizada neste estudo, dando ao sujeito a oportunidade de escolher palavras para relatar a impressão que possui de uma pessoa em virtude da ocupação que exerce, permitiu verificar que as hipóteses e suposições apresentadas por êsses autores tendem a ser verdadeiras.

DISCUSSÃO

Na análise dos resultados obtidos verificamos que, nas impressões apresentadas pelo grupo de sujeitos utilizado no presente estudo, a pessoa que exerce determinada ocupação adquire as

(*) Os resultados neste particular concordam com a observação de Roe, segundo a qual "os níveis relativos de prestígio e de remuneração não são precisamente os mesmos" (29, pág. 296), isto é, nem sempre as ocupações mais apreciadas são as melhor remuneradas.

qualidades dos seus atos. Assim, as características da impressão se colocam como expectativas a serem consideradas pelo indivíduo como parte do papel requerido por uma ocupação e, nesse sentido, a impressão sôbre a pessoa que exerce determinada ocupação permanece porque é imitada, isto é, as próprias características passam a atuar como fatôres dinâmicos que controlam o comportamento da pessoa; por exemplo, uma professora passa a se comportar como se espera que se comporte uma pessoa que exerce essa ocupação. Por outro lado, as mesmas características traduzem também maneiras que se julgam adequadas ao tratamento que a pessoa requer em virtude da ocupação que exerce. Por exemplo, o juiz é de tal maneira apreciado que determina a seu respeito um tipo de comportamento deferente.

Estas afirmações encerram uma explicação plausível para a consistência verificada nas impressões de pessoa e no julgamento de ocupações, e revelam, ao mesmo tempo, a atuação de vários fatôres no sentido de manter certas características à ocupação (*).

Pareceu-nos interessante ampliar estas considerações e oferecer uma tentativa de explicação da constância, da resistência à modificação e da distorção verificadas nas impressões dos sujeitos entrevistados e já verificadas na classificação das ocupações em uma hierarquia de prestigio.

À luz do que foi observado neste estudo, tornou-se evidente que um advogado, um funcionário público ou um estivador, etc., são indivíduos que evocam determinadas respostas, interpretações e avaliações aos sujeitos e que, portanto, os impressionam de uma maneira determinada. Para compreender as diferenças

---

(**) Por outro lado, de acôrdo com esta explicação é inadequado considerar a validade do conteúdo da impressão. Isto é, se as várias pessoas descritas tendem a se comportar de acôrdo com essas expectativas, é possível supor-se que as impressões tendam a corresponder ao que realmente existe. Portanto, achamos desnecessário discutir as impressões apresentadas como sendo "estereótipos", considerando que a palavra tende, em geral, a implicar um processo inferior de julgamento que traduz uma apreciação popular deficiente.

percebidas entre as ocupações é necessário considerar as *necessidades que relacionam o indivíduo à ocupação* como outra condição importante na formação da impressão de pessoa.

Parece-nos que, se o significado que tem a ocupação para o indivíduo causa efeitos que controlam a impressão formada, a avaliação da ocupação está intimamente ligada à motivação do indivíduo. As ocupações que estão ligadas à satisfação de necessidades importantes para o indivíduo, como a auto-preservação, por exemplo, seriam, por essa razão, consideradas de grande valor e prestígio.

Apreciando os resultados obtidos em relação ao problema da técnica, tal como foi colocado na introdução dêste artigo, podemos acrescentar, para finalizar esta discussão, algumas considerações sôbre a tarefa de julgar as ocupações.

Em vista das impressões sôbre a pessoa que exerce determinada ocupação, somos levados a concluir que, ao se solicitar dos sujeitos a ordenação de uma série de ocupações de acôrdo com o prestígio, requer-se um julgamento que, na sua forma, é artificial, isto é, um julgamento que é forjado pelas instruções que lhes são dadas e que, de certa maneira, é contrário à própria organização da impressão geral.

Quer nos parecer, outrossim, que estas limitações são satisfatòriamente eliminadas quando se exige dos sujeitos uma classificação das ocupações em vários graus. Esta tarefa parece estar mais de acôrdo com o que revelaram os resultados, porque exige do sujeito, não mais uma análise e, ao mesmo tempo, uma avaliação das diferenças entre as diversas ocupações julgadas, mas agrupamentos de ocupações semelhantes. Conhecidos a organização e o conteúdo das impressões, é fácil supor-se que a disposição das ocupações em categorias constitua tarefa menos arbitrária. Aliás, se examinarmos os resultados obtidos com a aplicação dessa técnica (4,15 e 19), veremos que os mesmos indicam uma classificação que concorda com uma série de observações verificadas em várias pesquisas. A classificação resultante, por exemplo, é paralela ao nível de educação requerida, à

responsabilidade exigida pela atividade e é aparente na relação verificada entre categoria de ocupação e número de filhos e entre categoria de ocupação e idade de casamento (*).

Em resumo, na apreciação dos resultados obtidos, tentamos explorar algumas explicações para as impressões apresentadas sôbre as ocupações, não como um mero conglomerado de características que o indivíduo adquire e aceita porque constituem a expressão de necessidades mais ou menos importantes em sua vida. As impressões seriam resultantes de uma apreciação racional, mas bàsicamente motivada.

BIBLIOGRAFIA

1. Anderson. W. A. The occupational attitudes of college men. *J. Soc. Psychol.* 1934, 5, 435-466.
2. Asch, S. E. Block, H. e Hertzman, M. Studies in the principles of judgements and attitudes. I. Two principles of judgement. J. *Psychol.*, 1938, 5, 219-251.
3. Asch, S. E. *Social Psychology.* New York: Prentice Hall Inc., 1952.
4. Castaldi, C. Nota sôbre a classificação das ocupações quanto ao prestígio social entre um grupo de emigrantes italianos e seus descendentes na cidade de São Paulo. *Educação e Ciências Sociais,* 1956, 1, 3, págs. 109-124.
5. Bandler, L. e Patterson, D. G., Social status of women's occupations. *Occupations,* 1948, 26, 421-424.
6. Bogardus, E. S. Occupational distance, *Sociol. e Soc. Research,* 1928, 13, 73-81.
7. Byers, B. H. How the G. I. rates the job. *Nations' Schools,* 1946, 37, 51.
8. Congalton, A. A. Social grading of occupations in New Zealand. *Brit. J. Sociol.,* 1953, 4, 45-60.
9. Counts, G. S. The social status of occupations a problem in vocational guidance. *School Rev.* 1925, 33, 16-17.
10. Coutu, W. The relative prestige of twenty professions. *Social Forces,* 1936, 14, 4.
11. Davies, A. F. Prestige of occupations, *Brit. J. Sociol.,* 1952, 3, 124-147.

(*) Estas observações são mencionadas por Glass (13) e tudo indica que se verificam também nos resultados da pesquisa sôbre mobilidade social em São Paulo, cujos dados ainda estão sendo elaborados.

12. DEEG, M. E. e PATTERSON, D. G. Changes in social status of occupations. *Occupations*, 1947, 25, 205-208.
13. GLASS, D. V. *Social Mobility in Britain*. London: Routledge & Kegan Paul, 1954.
14. HALL, C. W. Social prestige values of a selected group of occupations. *Psychol. Bull.*, 1938, 35, 696.
15. HALL, J. e JONES, D. C. Social grading of occupations. *Brit. J. Sociol.* 1950, 1, 31-55.
16. HARTMANN, G. W. The prestige of occupations. *Person. J.*, 1934, 13, 144-152.
17. HATT, P. K. Occupation and social stratification. *Amer. J. Sociol.*, 1950, 55, 6.
18. HATT, P. K. and North, C. C. Jobs and occupations: A popular evaluation in: Bendix, R. e Lipert, S. M. (Eds.) *Class, status and power: A reader in social stratification* Illinois, Free Press, 1953, págs. 411-426.
19. HUTCHINSON, B. Hierarquia de prestígio das ocupações, segundo os estudantes universitários. *Educação e Ciências Sociais*, 1956, 1; 29-41.
20. HUTCHINSON, B. The social grading of occupations in Brazil. *The Brit. J. Sociol*, 1957, 8.
21. KAY, L. W. The relation of personal frames of reference to social judgements. *Archives Psychol.*, 1943, 283.
22. LEMAN, H. G. e WITTY, P. A. Further study of the social status of occupations. *J. Educ. Sociol.*, 1931.
23. MENGER, C. The social status of occupations for women. *Teach. Coll. Rev.*, 1932, 33, 696-704.
24. NIETZ, J. A. The depression and the social status of occupations, *Elem. School Rev.* 1935, 35, 454-461.
25. OSGOOD, C. E. e STAGNER, R., Analysis of a prestige frame of reference by a gradient technique. *J. Appl. Psychol.*, 1941, 25, 275-290.
26. SMITH, M. An empirical scale of prestige status of occupations. *Amer. Sociol. Rev.*, 1943, 8, 185-192.
27. STEVENS, R. B. The attitudes of college women toward women's vocations. *J. Appl. Psychol.*, 1940, 24, 615-627.
28. TUCKMAN, J. Social satus of occupations in Canada. *Canad. J. Psychol.* 1947, 1, 71-74.
29. ROE, A. *The psychology of occupations*. New York: John Wiley, 1956.
30. WELCH, M. K. The ranking of occupations in the basis of social status. *Occupations*, 1949, 27, 237-241.
31. WILKINSON, F. Social distance between occupations. *Sociol. Soc. Res.*, 1929, 24, 53-62.

APÊNDICE 1:

Reprodução (tamanho reduzido) de parte do material utilizado na pesquisa (*).



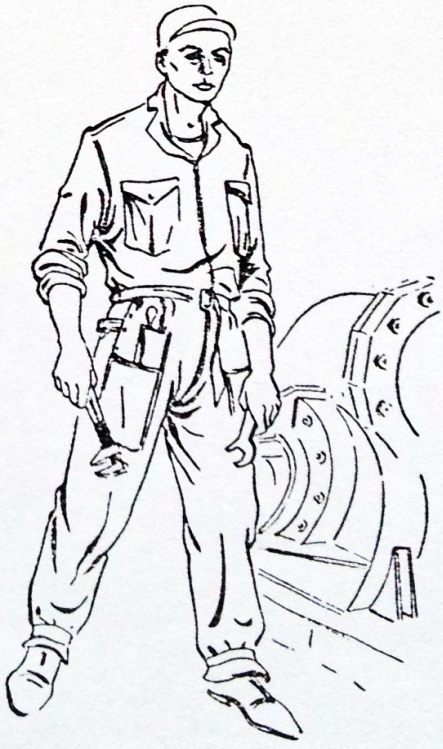
PEDREIRO



BALCONISTA



MÉDICO



MECÂNICO

(*) A reprodução é feita com a permissão da autora dos desenhos.